



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Cabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 19

133

6ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO 206109-6/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: BRUNO SAMPAIO DE MELO e SÍLVIO CÉSAR DE LUNA
AGRAVADA: CBTU/STU-REC (METROREC)

R 206109-6/01

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO LEGAL. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL QUE POSSIBILITA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EM FACE DE DECISÃO QUE POSTERGA A ANÁLISE DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INOCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO E POSSE DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. PRECEDENTES DO STJ. FIXAÇÃO DE ASTREINTES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. RECURSO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

- Apesar de, em regra, não caber Agravo de Instrumento em face de decisões que postergam a análise de pleito de antecipação de tutela para momento posterior à contestação da parte adversa, em situações excepcionalíssimas admite-se tal manejo, sob pena de perecimento de direito, diante da exiguidade do prazo. Inocorrência, nestas circunstâncias, de supressão de instância, pois a mera postergação equivale à denegação.

- Candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no Edital do concurso público para Assistente Operacional - Estação, possuem direito subjetivo à nomeação e posse no cargo dentro do prazo de validade do certame, e não mera expectativa de direito. Precedentes do STJ.

- Recurso de Agravo provido por maioria, concedendo-se o efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento apenso, para determinar à Agravada que agende os exames pré-admissionais (Saúde) e o Curso de Treinamento/Capacitação aos quais serão submetidos os Agravantes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias e, caso considerados aptos, sejam estes nomeados e empossados no cargo a que concorreram. Fixação de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento.

CSM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

134

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, onde figuram como partes as acima nominadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, por maioria, em DAR PROVIMENTO ao Agravo, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, em 02/02/10

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator para o acórdão



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Patriota Malta

20

135

6ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO nº 0206109-6/01

Agravante: Bruno Sampaio de Melo e Outro

Agravado: CBTU/STU-REC (METROREC)

RELATOR: Des. José Carlos Patriota Malta

RELATÓRIO:

BRUNO SAMPAIO DE MELO e **SILVIO CÉSAR DE LUNA** interpuseram Recurso de Agravo em face de decisão terminativa, que negou seguimento ao Recurso de Agravo de Instrumento, sob o fundamento de inadmissibilidade de recurso contra despacho de mero expediente.

Alegam, em resumo, os agravantes que foram aprovados em concurso público promovido pelo agravado, no qual obtiveram aprovação dentro do número de vagas ofertadas.

Em razão disso, entendem haver lesão a direito seu subjetivo, por não serem favorecidos com as respectivas nomeações para o cargo do qual lograram êxito no certame, fato que justifica a perseguição ao provimento da tutela antecipada para atingir o efeito esperado com assunção do cargo, sob risco de não sendo feito expirar o prazo decadencial de validade do concurso a ocorrer no próximo dia 08/02/2010.

Finalmente, pretendem reconsideração da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento e, assim esse relator não entendendo, pugnam para que seja o presente inconformismo levado à apreciação desse colegiado onde espera que dele se conheça para dar-lhe provimento com concessão da tutela antecipada.

Por independe de pauta, apresenta-o à mesa para julgamento.

É relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta
relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Patriota Malta

23

136

6ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO nº 0206109-6/01

Agravante: Bruno Sampaio de Melo e Outro

Agravado: CBTU/STU-REC (METROREC)

RELATOR: Des. José Carlos Patriota Malta

VOTO:

Presentes os pressupostos legais, conhecimento do agravo interno, previsto no art. 557, §1º, do CPC.

São os seguintes os fundamentos da decisão agravada:

"Pretendem os agravantes reforma da decisão do Juízo da 16ª Vara Cível do Recife, cujo teor se apresenta a seguir":

"Despacho:

Manuseando os autos verifico que o termo final do prazo do concurso ocorrerá em 08.02.2010. Portanto, ainda há possibilidade, nesse lapso temporal, de que os autores/candidatos classificados sejam nomeados.

Assim, buscando não fulminar de imediato a pretensão da parte autora, e uma vez que pode a tutela vir a ser oferecida, revogada ou modificada a qualquer tempo, em outra oportunidade processual, até mesmo na sentença, deixo para apreciar essa prerrogativa mais adiante, tudo isso porque, neste momento, o pedido formulado não se couduna com as regras estabelecidas como reguladoras do instituto processual inserido no artigo citado.

Cite-se, na forma postulada, com as advertências contidas nos arts. 285 e 319 do CPC."

A decisão dessa relatoria está assim amparada:

"Verifica-se, neste caso concreto, que o comando do Magistrado de primeiro grau decidiu, tão-somente, por analisar o pleito dos agravantes em momento cabível, inclusive, procurando resguardar e não fulminar de imediato a pretensão autoral. Nessa esteira de entendimento, observa-se que o despacho retro se enquadra como de mero expediente, posto que não sujeita à parte agravante experimentar qualquer prejuízo, ante a verificada ausência de lesividade.

Dessa forma, vê-se, portanto, que se trata, apenas de um despacho de mero expediente sem cunho de decisão (art. 162, § 3º, do CPC) interlocutória, pelo que não ser atacado pelo presente inconformismo, por ser incabível na espécie.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Patriota Malta

22

134

Assim, considerando que o ato judicial hostilizado é desprovido de conteúdo decisório, uma vez que nada decidiu, deixando intactas as questões alegadas pela parte, dele não cabe recurso, conforme expressamente estatui o artigo 504 do Código de Processo Civil, não merecendo, portanto, ser processado por ser manifestamente inadmissível". (suprimi)

Tenho que malgrado o esforço da agravante, persistem as razões da inadmissibilidade recursal.

Consoante fundamentado, trata-se de mero despacho inicial em ação ordinária, que nenhuma decisão envolve.

O despacho, postergando a análise do pleito antecipatório para momento oportuno e ordenando a citação, é ordinatório.

Ora, se não há decisão monocrática, não há objeto para o agravo de instrumento, pois, o nosso sistema de direito não ampara através de qualquer recurso, despachos de mero expediente.

Assim, não cabe o agravo de instrumento interposto.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo interno.

É como voto.

Recife, 02 de Junho de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta
relator